

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito
/ Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-035-0

DOI 10.22533/at.ed.350210405

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA E EMPATIA: A ENVOLTURA DO DIREITO**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em democracia, constituição e direitos humanos; estudos em criminologia; estudos sobre o estado e as atividades regulatórias; e estudos sobre a justiça.

Estudos em democracia, constituição e direitos humanos traz análises sobre democracia, princípios constitucionais, ações afirmativas, liberdade religiosa, cotas e pessoas em situação de rua.

Em estudos em criminologia são verificadas contribuições que versam sobre República Velha, organizações criminosas, periferia, humanização de penas e criminalização das *fake news*.

Estudos sobre o estado e as atividades regulatórias aborda questões como improbidade administrativa, regulação, publicidade e proteção de dados.

No quarto momento e último momento, estudos sobre a justiça, temos leituras sobre poder dos argumentos e relato sobre o projeto Escrevendo e reescrevendo a nossa história.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MÚLTIPLAS VEREDAS DE OS SERTÕES: <i>PLANALTO E PLANÍCIES</i> Marclin Felix Moreira DOI 10.22533/at.ed.3502104051	
CAPÍTULO 2	18
A ATUAL RECESSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL Marcelo Rodrigues Mazzei DOI 10.22533/at.ed.3502104052	
CAPÍTULO 3	32
PRINCIPIOS PARA UNA LECTURA JUSTA DEL ORDENAMIENTO JURÍDICO William Esteban Grisales Cardona Luis Fernando Garcés Giraldo Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga DOI 10.22533/at.ed.3502104053	
CAPÍTULO 4	40
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NO PROCESSO INCLUSIVO Lisete Maria Massulini Pigatto DOI 10.22533/at.ed.3502104054	
CAPÍTULO 5	51
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL: UM ESTUDO A LUZ DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA João Batista de Castro Júnior Luis Paulo Ferraz de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.3502104055	
CAPÍTULO 6	68
COTAS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS Armando Ribeiro Varejão DOI 10.22533/at.ed.3502104056	
CAPÍTULO 7	80
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS:VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS Leide Fernanda de Oliveira Queiroz Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti DOI 10.22533/at.ed.3502104057	

CAPÍTULO 8	92
CRIMINOLOGIA POSITIVISTA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA Ana Julia Pozzi Arruda DOI 10.22533/at.ed.3502104058	
CAPÍTULO 9	108
ANATOMIA DA FORMAÇÃO E MODO DE ATUAR DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS Paulo Sérgio de Almeida Corrêa DOI 10.22533/at.ed.3502104059	
CAPÍTULO 10	128
ASFIXIA COLETIVA: O IMPACTO DAS DISPUTAS ENTRE O ESTADO E OS GRUPOS CRIMINAIS NAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES MORADORES DE PERIFERIAS Clarice Beatriz da Costa Söhngen Ivana Oliveira Giovanaz DOI 10.22533/at.ed.35021040510	
CAPÍTULO 11	141
APAC: UMA INSTITUIÇÃO A FAVOR DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS Bárbara Paiva DOI 10.22533/at.ed.35021040511	
CAPÍTULO 12	147
PUNINDO A DESINFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS <i>FAKE NEWS</i> POR MEIO DO ESTUDO DO BEM JURÍDICO-PENAL Talysson Teodoro Travassos Sanchez Rojas DOI 10.22533/at.ed.35021040512	
CAPÍTULO 13	168
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL: UM BREVE ESTUDO SOBRE A SUFICIÊNCIA DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 8.429/1992 A PARTIR DA ORIGEM E DAS ESPECIFICIDADES DO FENÔMENO Anays Martins Finger Ana Cláudia Favarin Pinto DOI 10.22533/at.ed.35021040513	
CAPÍTULO 14	180
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E O CASO DA MEDIDA PROVISÓRIA 579/2012 (CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO) Douglas Toci Dias José Carlos de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.35021040514	
CAPÍTULO 15	196
PUBLICIDADE NAS ARBITRAGENS COM O PODER PÚBLICO Igor Matheus Alves da Cunha DOI 10.22533/at.ed.35021040515	

CAPÍTULO 16	210
A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DIANTE DA (IN)SEGURANÇA NO CIBERESPAÇO: UM DESAFIO	
Larissa Rocha de Paula Pessoa	
Mariana Caroline Pereira Félix	
DOI 10.22533/at.ed.35021040516	
CAPÍTULO 17	221
JUSTIÇA E PODER DOS ARGUMENTOS	
William Esteban Grisales Cardona	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga	
DOI 10.22533/at.ed.35021040517	
CAPÍTULO 18	234
RELATOS EXTENSIONISTA NO PROJETO ESCREVENDO E RESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH): PARA ALÉM DO ACESSO À JUSTIÇA	
Sandoval Alves da Silva	
Camille de Azevedo Alves	
João Renato Rodrigues Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.35021040518	
SOBRE O ORGANIZADOR	249
ÍNDICE REMISSIVO	250

CAPÍTULO 7

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS: VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 19/03/2021

Leide Fernanda de Oliveira Queiroz

Advogada. Licenciada em Letras pela Universidade Católica do Salvador. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Salvador – Bahia. orcid.org/0000-0001-7188-5748

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Historiadora. Doutora em Humanidades pela Universidade de Leon, Espanha. Professora de Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Investigadora do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL). Salvador, Bahia. orcid.org/0000-0002-5689-8206

Texto elaborado a partir de experiências compartilhadas desde 2009 em atividades com pessoas em situação de rua, projetos socioeducativos e trajetórias. Ambas as autoras dedicam, ao nomear Maria Lúcia Santos Pereira, presidente do Movimento Nacional População em situação de rua – MOVPOPRUA, a todas que integram ações e práxis na defesa e promoção de direitos e de políticas públicas específicas.

RESUMO: Em contexto de crescente explosão demográfica de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e familiar, paradoxos entre promoção e violação de direitos humanos e fundamentais, planejamento de políticas públicas e de visibilidade não só da temática, integram o Tempo Presente. Com eixo nas categorias relacionais dignidade da pessoa humana e acesso à justiça social, o capítulo traz uma vertente teórica e histórica com destaque à Teoria Crítica de Judith Butler, Sociologia da Justiça Boaventura Sousa Santos e Ética de Emmanuel Levinas e Amartya Sen. Com viés qualitativo, centra-se o estudo ensaístico sobre pessoas em situação de rua e dimensões dos direitos humanos através de revisão historiográfica interdisciplinar. Como resultados, demonstramos que ação social, educativa e ética confirma a centralidade na pessoa humana e promoção de direitos humanos, a construção de agendas pautadas nos fundamentos relativos à pessoa humana, focalizando na centralidade de defesa, promoção e garantia de direitos e a valorização da vida.

PALAVRAS - CHAVE: Pessoas em situação de rua, direitos humanos, teoria crítica, cidadania

HOMELESS PEOPLE AND HUMAN RIGHTS: POSSIBLE LIVES AND FUNDAMENTAL AGENDAS

ABSTRACT: In the context of a growing demographic explosion of people in situations of extreme social and family vulnerability, paradoxes between promotion and violation of human and fundamental rights, planning of public policies and visibility not only of the theme, are integrated

into the Present Time. Focusing on the relational categories of human dignity and access to social justice, the chapter brings a theoretical and historical perspective with emphasis on Judith Butler's Critical Theory, Sociology of Justice Boaventura Sousa Santos and Ethics by Emmanuel Levinas and Amartya Sen. With a qualitative bias, the essayistic study is focused on homeless and dimensions of Human Rights through an interdisciplinary historiographical review. As a result, we demonstrate that social, educational and ethical action confirms the centrality in the human person and the promotion of Human Rights, the construction of agendas based on the fundamentals related to the human person, focusing on the centrality of defense, promotion and guarantee of rights and the valorization of life.

KEYWORDS: Homeless people, human rights, critical theory, citizenship

Existem dores na rua, mas também existem luzes na rua. Existe muita gente boa na rua, que a única coisa que falta é uma porta aberta.

(Maria Lucia Santos Pereira, presidente do Movimento PopRua, 16 anos em situação de rua, 2017 e falecida em 2018).

A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições torna-se possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária [...] temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia que implique a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

(Judith Butler, 2015, p. 14-5).

1 | INTRODUÇÃO

A falta de moradia, de abrigo, de condições básicas de existência podem ser situações devastadoras, perigosas e de extremo isolamento social, de convivência e de ruptura de direitos (Santos, 2019).¹ As pessoas que vivem, trabalham, dormem nas ruas apresentam “quadros de guerra” (Butler, 2015), observando o distanciamento de “vidas vivíveis” e do reconhecimento por parte do poder público, Estado e suas esferas, sociedade, contextos familiares e individuais.

São sujeitos que demonstram ineficiências de justiça social e acesso à cidadania. Estão pré-dispostas a enfrentamentos de não dignidade e de rompimento de garantias asseguradas através de marcos legais e políticas sociais específicas, desenhadas e matizadas, em âmbito brasileiro, desde os anos 90.

Estes atores sociais, estão sujeitos a maiores chances de serem vítimas de

1 “O conceito de direitos humanos assenta num bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente ocidentais, designadamente: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica” (SANTOS, 2019, p. 342).

violências, violações e condições precárias de existência. Situação de rua, sem abrigo, *homeless* são alguns dos termos utilizados para nomear e identificar esse grupo de pessoas que, por motivo de contextos familiares, sociais ou individuais, saíram da vivência doméstica e familiar. Sejam de caráter no campo da saúde ou de violências vividas, por migração forçada seja em esfera ambiental, econômica ou ruptura relacional, em geral, apresentam dados alarmantes quanto às vulnerabilidades.²

Consoante Santos, Santos, Martins (2019) “quem precisa dos direitos humanos?” ou “quem são considerados os ‘seres humanos’?”. Tais questões não somente integram a obra e difusão de investigadores da área, compõem, sobremaneira, inquietações e são fios de uma trama contemporânea, urbana e complexa. As razões e as justificativas são inúmeras e diversificadas para o desabrigoamento. Podem ser elencadas como causas sociais a pobreza, o desemprego, a falta de acesso às políticas de assistência, dentre outros ou eventos individuais, relacionais ou circunstanciais. Podem entrar nesse caminho após cumprirem execução penal, não conseguirem trabalho formal, sofrerem enfermidades e prolongamento de tratamentos.

No caso de mulheres e jovens, aparecem relatos de violência doméstico-familiar e de fugas de relacionamentos abusivos e não reconhecimento intra-familiar de identidades a exemplo divergências religiosas, orientação e expressão de sexualidades. Pontos específicos sobre uso de entorpecentes e saúde mental também são indicadores da “saída”, relatados pela literatura internacional e nacional (GIMBA, CAVALCANTI, 2017 e 2018).

A população em situação de rua aparece como um segmento expressivo da desigualdade social, sobretudo a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas mundiais das últimas décadas. Apresenta-se como uma categoria social complexa, fundamentalmente por conta da necessidade de se considerar o processo de “vulnerabilização” como dinâmico e anterior à ida para as ruas. Existe uma tendência, proveniente de abordagens contemporâneas, em se analisar e compreender as particularidades em que vivem essa população, principalmente no âmbito da saúde pública, a partir de uma redução desta condição complexa a um enfoque individualista e patologizante (MENDES, RONZANI, PAIVA, 2019, p. 2).

Fatos individuais e de esfera doméstico-familiar, bem como eventos da vida cotidiana que sinalizam “colapsos relacionais”, perda de emprego, indicadores de saúde física ou mental em agravamento e sem condições de apoio e cuidado podem ser os chamados “gatilhos” para que pessoas, ditas antes de estarem na situação de ruas, como “sujeitos comuns” ou, sem nada a depor contra, venham a ser violenta e equivocadamente vistos com tal hostilidade.

Entre as invisibilidades, faltam dados atrelados ao cotidiano e à real existência dos

² Para efeito de compreensão e delimitação de um conceito que percorra todo o texto, adota-se para vulnerabilidades o matiz teórico, descrito como categoria analítica advinda de estudos e diretrizes de agendas internacionais a partir de meados de 1990. Em geral, foi adotada por organismos como o Banco Mundial (BM), com o objetivo de ultrapassar o esgotamento do termo “pobreza” (IVO, 2006).

(in)vibilizados. Produção acadêmica e de instituições da justiça, com destaque à Defensoria Pública (DPE) e ao Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)³ e saúde tem, nos últimos anos, alertado e criado estratégias para elaborar, informar e sugerir intervenções. Essas últimas sejam centradas nos indivíduos com foco no aspecto da dignidade e acessibilidade à justiça, sejam nas famílias, através dos contextos relacionais e de co-participação, quando possível, e nas comunidades pelos contextos sociais e de parcerias para além da moradia.

Há uma trajetória, desde 2015, em agenda interinstitucional para o Estado da Bahia que tornou parte das efemérides anuais, mas sobretudo convencionou uma “Carta Aberta”, publicada logo após o I Seminário de Direitos Humanos e População em situação de rua na Bahia, cujo eixo temático foram “as perspectivas para ampliar as alianças institucionais e agendas”.

Ocorrido nos dias 28 e 29 de outubro de 2015, foi um referencial para intenções descritas na carta. Reuniu agentes do sistema de justiça, professores(as), representantes de instituições governamentais, não governamentais como a Fundação José Silveira e do Movimento de População de Rua, da Pastoral Nacional do Povo da Rua, do Projeto Axé e instituições parceiras – Secretaria Municipal e Estadual de Saúde, de Educação, Justiça e Ação social, Segurança Pública, Superintendência de Políticas para as Mulheres do Município de Salvador (SPM), Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPs), Associação de Conselhos Tutelares e ex-conselheiros do Estado da Bahia (ACTEBA) e Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE). O seminário refletiu a abertura de diálogos interinstitucionais, contemplando distintos debates sobre a população em situação de rua que convergem para a questão dos Direitos Humanos.

O objetivo deste seminário era fortalecer os mecanismos de combate às violações de direitos universalmente garantidos e previstos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como criar mecanismos de empoderamento do repertório de ações, legitimadas socialmente como potenciais indicadores de viabilidade e impactos positivos junto ao grupo, desenvolvidas pelas instituições governamentais e não governamentais (MPBA/UCSAL/FJS. Projeto de Construção de Alianças Interinstitucionais, março de 2015).

Vale destacar que a elaboração da Carta de Salvador, abaixo indicada em seus dez itens aprovados em assembleia, pode proporcionar interinstitucionalidade e planejamento de ações conjuntas e integradas.

1. Pessoa humana como foco de qualquer ação. Promover a mudança de cultura que viabilize abordagem e atendimento humanizado, nos quais os(as) cidadãos(ãs) em situação de rua sejam considerados(as) pessoas em sua plenitude de direitos e de garantias. Fortalecer políticas e praxis que determinam a criação de centros de referências também pela indicação de pessoas profissionais (técnicos de referência) para o acolhimento e encaminhamento na rede de políticas públicas.

3 Desde 2015, instituições como Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública do Estado, Universidades, Fundação José Silveira, Governo do Estado e Prefeitura de Salvador tem realizado eventos e reuniões (CIAMP), juntamente com POPRUA - movimento social organizado com representatividade nacional. Em 2019, ganha novas contribuições e dá início ao Observatório sobre População em situação de rua, pela Defensoria do Estado.

2. Como proteção dos direitos humanos, coibir e enfrentar as violências sobrepostas, especialmente as violências institucionais e sociais, com destaque ao racismo e as múltiplas discriminações assinaladas pelas pessoas em situação de rua.
3. Viabilizar a realização de amplo levantamento demográfico através de censo da população em situação de rua na Bahia, mapeando-se inclusive suas características, trajetórias de vida, localização geográfica e ocupações.
4. Fomentar ações de educação, capacitação, comunicação e sensibilização que viabilizem um atendimento com dignidade às pessoas em situação de rua, bem como utilizar abordagens da educação formal, não formal e informal.
5. Promover o diálogo entre as instituições, mediante alinhamento, fortalecimento e manutenção de alianças e redes entre os diversos serviços e políticas públicas, elaborando-se um fluxo de acolhimento e atendimento às demandas das pessoas em situação de rua e de agendas.
6. Promover através de ações, agendas comuns e coletivas, inserção de outras instituições com o intuito de maior conexão entre organizações governamentais, instituições não governamentais, universidades e a sociedade civil.
7. Estimular e facilitar diálogos nos mais diversos ambientes sociais e midiáticos, promovendo-se a solidariedade e a tolerância, com destaque às questões de gênero, sexualidades, LGBT, infância e adolescentes (de rua e na rua), raça-etnia (racismo institucional).
8. Diversificar, ampliar e divulgar os serviços, as ações e os centros de referências voltados à população de rua, garantindo-se que os mais diversos perfis e trajetórias sejam contemplados.
9. Elaborar estratégias para o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas, por intermédio do Ministério Público e das instituições competentes, incentivo às alianças institucionais e à avaliação dos(as) usuários(as) dos serviços, ações e centros de referência existentes.
10. Criação de uma comissão interinstitucional de população em situação de rua, observando instâncias representativas e possível criação de mecanismos coletivos de promoção de Direitos Humanos da População em situação de rua. (apesar da existência desde o evento, consolida-se através do Fórum Permanente, cujo estatuto foi coletivamente aprovado em 2020, e do Observatório sobre pessoas em situação de rua, em atividade a partir de 2019).

Oportuno se toma retomar a esse documento, pois além de especificar ações que vem ocupando agendas também no último quinquênio para ações coletivas, de caráter interinstitucional. Considerar como pessoa humana, primeiro propósito da Carta, e centralizar como foco de qualquer ação (BUTLER, 2018).

Nas circunstâncias contemporâneas de guerra e de nacionalismo exacerbado, imaginamos que nossas existências estejam ligadas a outras com as quais podemos encontrar afinidades nacionais que seriam reconhecíveis para nós e que estariam em

conformidade com certas noções culturalmente específicas sobre o que é culturalmente reconhecível como humano. (BUTLER, 2015, 2018; CAVALCANTI & SILVA, 2020).

[...] necessidade de uma teoria que não se limite à escolha das instituições nem à identificação de arranjos sociais ideais. A necessidade de uma compreensão da justiça que seja baseada na realização está relacionada ao argumento de que a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato. A importância das vidas, experiências e realizações humanas não pode ser substituída por informações sobre instituições que existem e pelas regras operam. (SEN, 2011, p. 33).

As citações acima retomam a noção relacional de existir e ser, ambos reconhecidos como basilares do humano. Não obstante, as interações cotidianas não sensibilizam a sociedade em relação à condição (sub)humana dessas pessoas o que acaba repercutindo e contribuindo para o processo de invisibilidade social. Não são reconhecidos como trabalhadores, a mendicância não é legitimada.

Em geral, são homens sadios em idade produtiva, não são considerados como cidadãos, tão pouco como humanos. Mesmo ocupando a cena pública, são relegados à experiência mais privativa, que é a de uma existência individual limitada a sobrevivência singular e diária. Integram uma cidadania de papel, humanos sem direitos, abandonados à própria sorte de conseguir sobreviver dia após dia, “reproduzindo-se como *animal laborans*, que não deixa vestígios em lugar algum no mundo” (SCOREL, 2006, p. 220).

Contradizendo essa ideia de apagamento e manutenção de senso comum, são indivíduos e grupos que compõem retratos relacionais e cotidianos da conjuntura nacional brasileira. São sujeitos de direitos e requerem atenção em todas as dimensões. “[...] mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna [...] sem isso não se dirá que existe cidadão.” (SANTOS, 2012, p. 8).

2 | NAS RUAS: PANORAMA E RETRATOS DE PSR EM CONTEXTO NACIONAL

No Brasil, pessoas em situação de rua (PSR); nos países anglo-saxões são chamadas de *homeless*; na França de *sans domicile fixe*. Em 2009, o governo brasileiro instituiu o decreto presidencial nº 7.053 que estabeleceu a Política Nacional de Pessoas em Situações de Rua (PNPSR) que afirma, no art. 1º, parágrafo único:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2014, p. 1).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o ano de 2015, estimou a existência de 101.854 PSR no Brasil (IPEA, 2015). Contagem realizada na cidade de Salvador, Bahia pelo Projeto Axé, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, fez uma estimativa de que existiam entre 14.513 a 17.357 PSR no município. Não há dados oficiais sobre o quantitativo dessas pessoas no país, mas observa-se um crescimento acentuado em todas as regiões do Brasil.

Com base nesses resultados, podem-se elencar como principais: a população em situação de rua é predominantemente masculina (82%); mais da metade possui entre 25 e 44 anos (53%); 67% são negros; têm baixo nível de renda; 74% sabem ler e escrever; é composta, em grande parte, por trabalhadores (70,9% exercem alguma atividade remunerada); parte considerável da população em situação de rua é originária do município onde se encontra, ou locais próximos; e 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram.

Cerca de 30% estão na rua há mais de 5 anos; sofrem altos índices de discriminação ao serem impedidos de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos; a grande maioria (95,5%) não participa de qualquer movimento social; alguns não possuem quaisquer documentos de identificação (24,8%); e uma grande parcela não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto (61,6%); nem são amparados por programas governamentais (88,5%).

De acordo com os resultados desta pesquisa, as principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: alcoolismo/drogas (35,5%); desemprego (29,8%); problemas com familiares (29,1); perda da moradia (20,4%); e separação/decepção amorosa (16,1%). (BRASIL, 2008).

O fenômeno de PSR não é novo e ganha contornos e explicações distintas de acordo com a conjuntura histórica e territorial. Assinala complexidade, multifatorialidade e observação de vidas. É decorrente de multifatorialidades, elencadas por profundas transformações políticas, sociais e econômicas que acometem todas as cidades, e que se revela de maneira mais intensa nas metrópoles.

Andar por grandes cidades traz aos olhos mais que cantos e encantos. O número aumenta e força o uso de lentes mais potentes. Quem são essas pessoas? Porque estão nas ruas, viadutos, praças? Mas, como paradoxal que é o contexto, será essa a realidade? Pessoas em situação de rua, sem-teto, moradores(as) de rua, os “do bairro”.

Sempre estiveram visíveis, percorrendo zonas urbanas e transitando pelas realidades cidadinas, ocupando espaços. As razões são inúmeras e os números aumentam sem permitir cegueira. (QUEIROZ, 2018).

3 | EXPRESSÕES E SUJEITOS: CORPOS E SOBREVIVÊNCIAS

Qual nossa capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade e comoção? (BUTLER, 2015, 2018). Não basta a assertiva e a revelação de que existem pessoas em situação de rua, vivendo precariedade absoluta. São sujeitos que se defrontam inclusive com a vulnerabilidade de seus próprios corpos, situações invasivas vividas, principalmente, por mulheres e meninas em situação de rua. Estas narram estupro e assédios; aproximações físicas de agentes públicos, nem sempre em abordagens de reconhecimento, etc..

Nesse contexto de violências sobrepostas, há que se imaginar que marcos legais e movimentos específico já tivessem dado conta. Entretanto, o direito à moradia - considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – qualifica-se como universal.

De caráter amplo também passou ao direito constitucional em 2000, quando a Emenda Constitucional nº 26 foi incorporada à Carta Magna. A razão pela qual a inclusão desse tópico foi a vinculação direta com o princípio da dignidade da pessoa humana. Então, porque ainda ocupam os não lugares de morar? Entre o marco legal, políticas públicas, há que se “decidir” não esconder, invisibilizar ou transferir de lugar. Serve como reflexão para várias questões, como: o quão necessário é ter direito a uma casa, um lar com requisitos básicos à sobrevivência, para que se viva com dignidade? A urgência de um teto não pode virar a narrativa de uma vida: dez, vinte anos. Ultrapassa a esfera individual, como direito social, e sinaliza impacto e relevância social. Salvador consta com dados que vão dos 3,5 a 14 mil pessoas em situação de rua. (QUEIROZ, 2018).

A gramática social traz expressões que denotam tal sentido: o isolamento da pessoa diante da realidade “do olho da rua” ou viver “na rua da amargura”. As metáforas colocam casa e rua como opostos. A primeira, vista e vivida como um lugar especial, marcada pela convivência familiar e acolhimento, o privado. (QUEIROZ, 2018).

Para ser enfrentada as múltiplas vulnerabilidades, há necessidade de ação-reflexiva coletiva e solidária, advinda de um conjunto de instituições e ações em forma de aliança. Recuperar histórias de vida, individuais e coletivas, bem como registro, memória e histórias de um caminhar em comunidade, entram como foco desse momento de difundir, compartilhar e promover o presente-futuro.

Andar por grandes cidades traz aos olhos mais que encantos. O número aumenta e força o uso de lentes potentes. Quem são essas pessoas? Porque estão nas ruas, viadutos, praças? Mas, como paradoxal que é o contexto, *quo vadis?* Pessoas em situação de rua, moradores(as) de rua, os “do bairro” sempre foram visíveis e ocuparam cantos. (QUEIROZ, 2018).

As razões são inúmeras e os números aumentam, demonstram as “monstruosidades” das cidades que engolem seus cidadãos. Em prol da segurança, a cegueira ou a violência institucionalizada são vistas como meio e fins, especialmente no contexto de uso de

entorpecentes, de zonas citadinas, assinalando falhas do Estado, não governança justa e descarte de políticas sociais em troca do sopro securitário (PUREZA, 2019).

Mesmo com marcos legais e movimentos específicos já deveríamos ter dado devida atenção. Porém, o direito à moradia – considerado como fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) passou ao direito nacional (Emenda Constitucional nº 26/2000), promovendo vinculação direta ao princípio da dignidade. Então, porque ocupam os não lugares de morar? Há que se “decidir” não esconder, invisibilizar ou transferir de lugar.

A gravidade da realidade do quadro de pobreza, miséria, abandono social, violação de direitos, principalmente por parte do Estado, no Brasil, leva a uma permanente preocupação e nos obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, nas pessoas em situação de rua, na qual as políticas públicas ainda não os alcançam com efetividade (ESTÊVÃO & CARVALHO, 2013).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PSR é composta por sua maioria de homens, negros, imigrantes e pessoas que tiveram seus laços familiares rompidos. Observa-se que a entrada para o mundo das drogas não se dá da casa para a rua, mais sim da rua para a (falta) da casa e atenção ampliada e com todos os recursos possíveis (quais sejam, políticas sociais).

Outra evidência é a de que as violências encontradas nas narrativas não surgiram antes de suas chegadas às ruas, sendo geralmente identificadas como fatores impulsionadores para expulsão, fuga e ruptura. As violências são relatadas como expressões de relações doméstico-familiares, relativas ao trabalho, emprego e renda, a situações de saúde, em busca de defesa e sobrevivência. O cuidado de si, que muito acredita-se que não há nesta população, é relatado como questão de dignidade e saúde (BARATA, 2015).

O fenômeno “população em situação de rua” vincula-se à estrutura da sociedade capitalista, racista, desigual e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Em Tempo Presente, constitui uma expressão radical e de negação de acesso à justiça social e à cidadania, irrompendo gravidade da questão social. Localiza-se predominantemente nos grandes centros urbanos e, em tempos de crise sanitária e pandêmica vinculadas a SARS COVID-19 (iniciada em 2020), ocupa mais do que cantos e pontes citadinas.

No entanto, sem uma unidade política que assegure o espaço público para o desenvolvimento dessas aptidões e capacidades inerentes ao humano, a Justiça será apenas apreendida em sistemas que não reconheçam alteridades e, tampouco, prezem pelo reconhecimento do Outro como sujeito ético-moral. Ou seja, o poder se manifesta não pelo Direito, pelo desenvolvimento cidadão em busca do equilíbrio da liberdade do indivíduo em relação à soberania coletiva, mas na organização polícial (imposições normativas) para

manutenção da ordem vigente. (CAVALCANTI & SILVA, 2020, p. 12).

Movimentos sociais, alianças interinstitucionais e abordagem através de políticas específicas demonstram paradoxos e controvérsias que compõem a temática e envolvem pessoas. Ainda se confirmam roteirização e manutenção de esferas de senso comum, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam preconceitos como marcas do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade.

Violações cotidianas em um cenário de forte crescimento econômico, não sustentável, contextualizam a distância em engendrar o real Desenvolvimento e desvelar uma agenda imensa para promoção do acesso à justiça e à cidadania frente ao recrudescer da desigualdade e de emergências sociais importantes. Eis um quadro da contemporaneidade brasileira, anunciando necessidades de observar, analisar, interferir e construir instituições e práxis solidária e ética na política, pautada nos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. et al. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 219-232, 2015.

BRASIL. **Constituição. Constituição Da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de outubro 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2009, p. 05. Disponível em: http://www.planalto7.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 30 Nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas). **Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS/Sagi, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Nota Técnica n. 8, de 15 de março de 2016**. Nota Técnica sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos. Conselho Nacional do Ministério público. Brasília: Ministério Público, 2016.

BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre a População e Situação de Rua**. Brasília: 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, V.R.S.; SILVA, A.C. Reconhecendo gêneros, desconstruindo poderes: a literatura como transgressão verbal. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, p. e0202, 2020. DOI: 10.5965/2175180312312020e0202. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312312020e0202>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ESCOREL, S. **Vidas ao leu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ESTÊVÃO, C.A.V.; CARVALHO, M.E. **Pedagogia crítica e Direitos Humanos**: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos. Ensaio: aval. pol. públ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a02v21n80.pdf>> Acesso em: 10 out. 2020.

GIMBA, M.F.; CAVALCANTI, V.R.S. **Relações familiares e vulnerabilidades**. Curitiba: Juruá, 2017.

GIMBA, M.F.; CAVALCANTI, V.R.S. Um mundo à parte: Ouvindo usuários de crack e desvendando experiências. **Esripturas**, dez. 2018, vol. 2, p. 108-126. Disponível em <https://www.revistaescripturas.com/2018-2>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

IVO, A.B.L. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. *In*: CIMADAMORE, A.; HARTLEY, D. & SIQUEIRA, J. **A pobreza do Estado**: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

LEVINAS, E. **Deus, a Morte e o Tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012.

MENDES, K. T.; RONZANI, T.M.; PAIVA, F.S. de. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, e169056, 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>. Acesso em: 07 out. 2020.

PUREZA, J.M. A cegueira cívica: direitos humanos e segurança no início do século XXI. *In*: SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). **Quem precisa dos Direitos Humanos?** Precariedade, diferenças, interculturalidade. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019. pp. 51-59.

QUEIROZ, L.F.O. **Levanta-te e anda: Pessoas em situação de rua, vida familiar e direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018.

SANTOS, B.S. Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos. *In*: SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). **Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade**. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019, pp. 339-388.

SANTOS, B.S.; SANTOS, C.M. & MARTINS, B.S. (Orgs). **Quem precisa dos Direitos Humanos? Precariedade, diferenças, interculturalidade**. Coimbra: Almedina/Centro de Estudos Sociais, 2019.

SANTOS, M. **Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões**. Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações Afirmativas 5, 6, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 73, 75, 77

C

Conhecimento 2, 5, 4, 47, 48, 74, 94, 142, 152, 153, 196, 201, 209, 211, 212, 218, 220, 244, 245

Constituição 5, 4, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 39, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 75, 88, 91, 96, 104, 144, 152, 159, 161, 162, 168, 169, 171, 172, 175, 196, 197, 206, 209, 238

Cotas 5, 6, 42, 43, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 187, 188, 244

Criminalização 5, 7, 91, 100, 101, 103, 104, 127, 132, 146, 147, 148, 154, 162, 164, 168, 171

Criminologia 5, 7, 91, 92, 94, 98, 99, 102, 103, 104, 105

D

Democracia 5, 1, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 39, 40, 47, 60, 72, 138, 152, 153, 154, 158, 161, 162, 223, 240

Direito 2, 5, 1, 2, 14, 15, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 120, 121, 127, 129, 130, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 172, 173, 176, 177, 178, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 217, 218, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248

Direitos Humanos 5, 6, 1, 46, 55, 62, 63, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 238, 247, 248

E

Empatia 2, 5

Experiência 2, 5, 2, 15, 16, 27, 48, 70, 84, 182, 244

F

Fake News 5, 7, 146, 147, 148, 150, 156, 162, 163, 165

G

Grupos Criminais 7, 127, 128, 129, 130, 137

H

Humanização 5, 7, 140, 143, 144

I

Improbidade Administrativa 5, 7, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Inclusão 44, 45, 48, 74, 75, 76, 86, 92, 118, 123, 172, 212, 234, 235, 237, 240, 244, 245

J

Justiça 5, 8, 31, 43, 44, 45, 49, 71, 73, 74, 79, 80, 82, 84, 87, 88, 90, 94, 97, 103, 105, 117, 122, 130, 131, 134, 138, 140, 145, 174, 202, 203, 220, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

L

Liberdade Religiosa 5, 6, 43, 50, 51, 52, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64

O

Organização Criminosa 110, 118, 119, 121, 123, 124, 125

P

Pena 25, 53, 63, 92, 94, 95, 100, 105, 132, 133, 140, 141, 145, 152, 155, 156, 158, 160, 162, 163, 196

Poder 5, 7, 8, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 44, 46, 47, 48, 58, 59, 62, 64, 71, 73, 75, 77, 80, 87, 94, 96, 98, 104, 112, 113, 131, 133, 142, 148, 149, 160, 168, 170, 171, 173, 175, 176, 178, 180, 192, 195, 197, 200, 206, 209, 210, 212, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 231, 234, 237, 238, 241, 243, 245

Poder Público 7, 59, 80, 142, 173, 195, 197, 206, 223

Princípios 5, 2, 3, 4, 6, 8, 13, 15, 25, 31, 43, 45, 46, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 95, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 120, 141, 142, 143, 144, 159, 161, 162, 164, 170, 172, 173, 178, 181, 197, 205, 206, 213, 214

Proteção de Dados 5, 8, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218

R

Regulação 5, 53, 141, 173, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 192, 194, 213

Relato 5, 242

S

Situação de Rua 5, 6, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 128

T

Transexuais 6, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77

Travestis 6, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br